



TERMO DE REFERÊNCIA

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de rações para cães e gatos (adultos e filhotes) e de composto lácteo substituto do leite materno, destinados à distribuição a protetores cadastrados e ao atendimento de animais resgatados e acolhidos pelo Centro de Acolhimento da Vida Animal.

1.1 Especificação do objeto:

Item	Descrição do Produto/Serviço	Un.	Quant.	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total	Cota Exclusiva ou Reservada (Lei 123/06)
1	COMPOSTO NUTRICIONAL DE BASE LÁCTEA EM PÓ, SUBSTITUTO DO LEITE MATERNO PARA CÃES E GATOS 300G. Composto nutricional de base láctea substituto do leite materno para alimentação de animais lactentes, formulado especialmente para filhotes de cães e gatos. Produto em pó, de fácil diluição em água, enriquecido com vitaminas, minerais e nutrientes essenciais que garantem o adequado desenvolvimento e crescimento dos animais. Deve apresentar composição balanceada, contendo proteínas de alta digestibilidade, gorduras, carboidratos, vitaminas e minerais, podendo incluir prebióticos e probióticos para auxílio na saúde intestinal. O produto deve ser indicado para uso em filhotes recém-nascidos ou em fase de desmame, bem como em situações de suplementação alimentar. Embalagem devidamente lacrada, com identificação do fabricante, prazo de validade, lote, instruções de preparo e conservação, conforme normas vigentes do Ministério da Agricultura.	PCT	100	R\$ 159,97	R\$ 15.997,00	Exclusivo ME/EPP
2	RAÇÃO CAO ADULTO- SACO DE 25 KG Ração seca completa e balanceada destinada à alimentação de cães adultos, formulada com ingredientes de qualidade, garantindo adequado aporte nutricional. SACO DE 25 KG A ração deve ser tipo linha Premium/special/super Premium ou semelhante a categoria enriquecida com vitaminas e minerais essenciais, apresentar boa digestibilidade e palatabilidade, e ser isenta de contaminantes ou substâncias prejudiciais à saúde animal. O produto deverá ser acondicionado em embalagem resistente, devidamente lacrada, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade. Deverá possuir registro ou estar em conformidade	SACO	370	R\$ 178,10	R\$ 65.897,00	Exclusivo ME/EPP



	com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.					
3	RAÇÃO CÃO FILHOTE- SACO DE 25KG Ração seca completa e balanceada destinada à alimentação de cães filhotes, promovendo crescimento saudável e desenvolvimento adequado. SACO DE 25 KG Deverá conter DHA e níveis adequados de cálcio e fósforo para o desenvolvimento ósseo. A ração deve ser tipo linha Premium/special/super Premium ou semelhante a categoria enriquecida com vitaminas e minerais essenciais, apresentar boa digestibilidade e palatabilidade, e ser isenta de contaminantes ou substâncias prejudiciais à saúde animal. O produto deverá ser acondicionado em embalagem resistente, devidamente lacrada, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade. Deverá possuir registro ou estar em conformidade com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	SACO	60	R\$ 191,63	R\$ 11.497,80	Exclusivo ME/EPP
4	RAÇÃO GATO ADULTO- SACO DE 20 KG. Ração seca completa e balanceada destinada à alimentação de gatos adultos, atendendo às necessidades nutricionais da espécie. SACO DE RAÇÃO 20 kg Deverá conter taurina, essencial para a saúde dos felinos, e contribuir para o controle do pH urinário. A ração deve ser tipo linha Premium/special/super Premium ou semelhante a categoria enriquecida com vitaminas e minerais essenciais, apresentar boa digestibilidade e palatabilidade, e ser isenta de contaminantes ou substâncias prejudiciais à saúde animal. O produto deverá ser acondicionado em embalagem resistente, devidamente lacrada, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade. Deverá possuir registro ou estar em conformidade com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	SACO	107	R\$ 210,35	R\$ 22.507,45	Exclusivo ME/EPP
5	RAÇÃO GATO ADULTO- SACO DE 20 KG. Ração seca completa e balanceada destinada à alimentação de gatos adultos, atendendo às necessidades nutricionais da espécie. SACO DE RAÇÃO 20 kg Deverá conter taurina, essencial para a saúde dos felinos, e contribuir para o controle do pH urinário. A ração deve ser tipo linha Premium/special/super Premium ou semelhante a categoria enriquecida com vitaminas e minerais essenciais, apresentar boa digestibilidade e palatabilidade, e ser isenta de contaminantes ou substâncias prejudiciais à saúde animal. O produto deverá ser acondicionado em embalagem resistente, devidamente lacrada, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade. Deverá possuir registro ou estar em conformidade com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	SACO	323	R\$ 210,35	R\$ 67.943,05	Ampla Concorrência



6	RAÇÃO GATO FILHOTE- SACO DE 20 KG. Ração seca completa e balanceada destinada à alimentação de gatos filhotes, promovendo crescimento saudável e desenvolvimento adequado. SACO DE RAÇÃO 20 KG Deverá conter DHA e níveis adequados de cálcio e fósforo para o desenvolvimento ósseo. A ração deve ser tipo linha Premium/special/super Premium ou semelhante a categoria enriquecida com vitaminas e minerais essenciais, apresentar boa digestibilidade e palatabilidade, e ser isenta de contaminantes ou substâncias prejudiciais à saúde animal. O produto deverá ser acondicionado em embalagem resistente, devidamente lacrada, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade. Deverá possuir registro ou estar em conformidade com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	SACO	60	R\$ 196,08	R\$ 11.764,80	Exclusivo ME/EPP
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 195.607,10						

1.2. Nos termos dos artigos 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, os lotes da presente licitação cuja estimativa de valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme indicado nas tabelas do item 1.2.

1.3. Os lotes cuja estimativa de valor seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados a ampla concorrência de empresas de qualquer porte, considerando que o certame foi estruturado em lotes, o que impossibilita a reserva de itens para ME e EPP.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 74/2025.

Do Prazo de Vigência da Contratação

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado do dia útil subsequente à data de publicação no Diário Oficial do órgão ou da divulgação no PNCP, conforme estabelece o artigo 22 do Decreto Municipal nº 72/2025.

1.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, hipótese em que os quantitativos fixados na licitação serão renovados para o novo período de vigência, de acordo com o artigo 23 do Decreto Municipal nº 72/2025.



II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente estudo tem por objetivo analisar a viabilidade e selecionar a melhor opção para a aquisição de rações para cães e gatos (adultos e filhotes), bem como de composto nutricional de base láctea substituto do leite materno, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura do Município de Bataguassu/MS. A contratação visa garantir o adequado fornecimento de alimentação aos animais em situação de vulnerabilidade, sob responsabilidade do Município.

2.2. A medida visa suprir a demanda contínua decorrente do atendimento aos animais em situação de rua assistidos por protetores e cuidadores devidamente cadastrados junto à Coordenadoria da Vida Animal, bem como aos animais resgatados e acolhidos no Centro de Acolhimento da Vida Animal. Inclui-se, ainda, a necessidade de alimentação específica para filhotes, por meio de composto lácteo substituto do leite materno, essencial para a sobrevivência e desenvolvimento adequado de animais lactentes. Cabe registrar que a distribuição gratuita de ração a protetores e associações de proteção animal é medida prevista na legislação municipal (Lei nº 3.157/2025).

2.3. Ressalta-se que a presente contratação também decorre da rescisão dos instrumentos anteriormente firmados para fornecimento de ração, quais sejam: Processo Administrativo nº 179/2025, Dispensa de Licitação nº 68/2025, cujo objeto consistia na aquisição de ração para cães adultos; e Processo Administrativo nº 212/2025, Dispensa de Licitação nº 86/2025, destinado à aquisição de ração para gatos adultos. A descontinuidade contratual ocasionada por tais rescisões gerou a necessidade imediata de nova contratação, a fim de evitar a interrupção no fornecimento de alimentação aos animais assistidos.

2.4. A disponibilização de alimentação adequada constitui elemento essencial para a promoção do bem-estar animal, contribuindo diretamente para a manutenção da saúde dos animais, redução de agravos e controle populacional. Ademais, a ação fortalece as políticas públicas de proteção animal no município, incentiva o trabalho voluntário de protetores independentes e contribui para a redução de riscos à saúde pública, especialmente no que se refere à disseminação de zoonoses.



2.5. A ausência ou insuficiência desses insumos compromete a adequada assistência aos animais em situação de abandono, podendo resultar em agravamento de quadros de desnutrição, aumento da mortalidade, proliferação descontrolada e ampliação de riscos sanitários à população. Tal cenário impacta negativamente a efetividade das políticas públicas de bem-estar animal, além de gerar maior demanda por intervenções emergenciais e aumento dos custos públicos a médio e longo prazo.

2.6. Dessa forma, torna-se necessária a realização de contratação administrativa que assegure o fornecimento contínuo e adequado de rações e composto nutricional, possibilitando a execução eficiente das ações de proteção e bem-estar animal, garantindo melhores condições de saúde aos animais assistidos, apoio aos protetores cadastrados e promoção da saúde pública e qualidade de vida da população.

2.7. Assim, a contratação pretendida justifica-se pelo interesse público em assegurar a adequada execução das políticas públicas de proteção e bem-estar animal promovidas pela Administração Municipal, contribuindo para o atendimento dos animais em situação de vulnerabilidade, apoio aos protetores e cuidadores cadastrados, bem como para a manutenção das atividades do Centro de Acolhimento da Vida Animal. Ademais, a medida colabora para a redução de riscos à saúde pública, controle populacional de animais e promoção de condições dignas de sobrevivência, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.8. A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025

III) Data de Republicação no PNCP: 15/04/2026

IV) Id do item no PCA: 307/2026

V) Classe/Grupo: 1418963890 Aquisição de ração e itens correlatos para alimentação de animais



III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na formalização de Ata de Registro de Preços para aquisição de rações para cães e gatos (adultos e filhotes), bem como de composto nutricional de base láctea substituto do leite materno, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, da Coordenadoria da Vida Animal e do Centro de Acolhimento da Vida Animal, assegurando maior competitividade, transparência e economicidade ao processo de contratação, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal e com a Lei nº 14.133/2021.

3.2. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), possibilitando aquisições de forma parcelada, com fornecimento mensal ou conforme a necessidade da Administração, evitando a formação de estoques excessivos e promovendo o uso racional dos recursos públicos.

3.3. Essa estratégia proporciona maior flexibilidade administrativa, permitindo o atendimento contínuo das demandas relacionadas aos animais em situação de rua, aos protetores e cuidadores cadastrados e aos animais resgatados, adequando o fornecimento à dinâmica das ações de resgate, acolhimento e assistência animal desenvolvidas pelo Município.

3.4. Sob o aspecto técnico, os produtos a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, e atender às especificações mínimas estabelecidas, especialmente quanto à qualidade nutricional, composição balanceada, segurança alimentar, prazo de validade adequado e condições de armazenamento. As rações deverão ser do tipo seca, completas e balanceadas, compatíveis com as necessidades de cada espécie e fase da vida (adultos e filhotes), podendo ser classificadas como linha premium, special ou super premium. O composto nutricional deverá ser de fácil diluição, enriquecido com vitaminas e minerais essenciais, indicado para alimentação de animais lactentes.

3.5. Os produtos deverão ser fornecidos em embalagens resistentes, devidamente lacradas, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade, garantindo rastreabilidade e controle de qualidade. O prazo de validade deverá ser compatível com o consumo estimado, de forma a evitar perdas.



3.6. Considerando a natureza dos itens, não há exigência de manutenção contínua ou assistência técnica especializada. Contudo, os produtos deverão possuir garantia quanto à qualidade e integridade, assegurando a substituição em caso de defeitos, avarias, contaminação ou desconformidade com as especificações exigidas, no prazo a ser estabelecido em edital.

3.7. Dessa forma, a solução proposta atende plenamente ao interesse público, garantindo o fornecimento contínuo e adequado de alimentação aos animais assistidos, promovendo o bem-estar animal, contribuindo para a saúde pública e assegurando maior eficiência na execução das políticas públicas municipais, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento administrativo.

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação estão inseridos na descrição das especificações do objeto que constam no item 1.1.

4.2. A Detentora deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.3. A Detentora deverá se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.4. O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.5. Os produtos ofertados deverão possuir registro ou estar em conformidade com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando o objeto da licitação.

Subcontratação

4.7. Não será permitida a subcontratação do objeto.



V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Os materiais deverão ser entregues parceladamente de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, mediante a emissão de Autorização de Fornecimento, com entrega no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

5.2. Os materiais solicitados deverão ser entregues no local designado na AF, caso nenhum local seja informado entregar no Almoxarifado Central, situado na Rua dos Anjos, n. 628, Bairro Jardim São Francisco, Município de Bataguassu/MS, no horário das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h (horário oficial de Brasília).

5.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no **prazo de 05 (cinco) dias corridos**, o objeto com avarias ou defeitos.

5.5. Os materiais deverão ser entregues em embalagens fechadas quando de sua entrega e, caso não atendam as especificações, serão devolvidos a Detentora.

5.6. As entregas dos materiais irão correr por conta da DETENTORA, bem como as despesas de seguros, transporte dos materiais de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, bem como pelo seu descarregamento, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a



formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo indicado neste instrumento, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção.

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos



valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. o prazo de validade;

7.8.2. a data da emissão;

7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.8.5. o valor a pagar; e

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.11. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

VIII. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

8.1.1. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme solicitação da Secretaria demandante.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica



8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive



aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16. As certidões acima elencadas, quando não indicarem de forma expressa o seu prazo de validade, serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, a contar da sua emissão.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

8.18. Será exigida apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, que deverá apresentar no prazo mínimo de 02 (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação, sob pena de desclassificação.

IX. ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 195.607,10 (Cento e noventa e cinco mil, seiscientos e sete reais e dez centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no



mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BATAGUASSU
ORDEM E PROGRESSO | 2025 - 2028

SEPLAN

Secretaria Municipal de
Planejamento e Licitações

Bataguassu-MS, 28 de abril de 2026.

Elaboração:

Nathália Schulz Cardoso

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Geovani Tavares Martim

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Kauan Lucio Ferreira da Rosa

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Aprovado por:

Ana Laura Lara Pereira Pinto

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura